

Portugal Multilateral

D I C I O N Á R I O

VOLUME I

Nuno Severiano Teixeira

e

Alice Cunha

(Coord.)


ALMEDINA

Prefácio

Tenho defendido que se considere a vinculação ao multilateralismo como uma das orientações estratégicas da política externa portuguesa — ao mesmo título que a integração europeia, a ligação transatlântica, a cooperação com os países de língua portuguesa, a relação com as comunidades portuguesas no estrangeiro e a dinâmica de internacionalização da economia, da língua, da cultura e da ciência. Por duas razões: porque esse é um interesse básico de um país de média ou pequena dimensão (consoante usemos como referência a Europa ou o mundo), que beneficia sempre que as questões são tratadas de forma concertada, no respeito pelas regras acordadas e tendo em vista os valores, os recursos e os benefícios comuns; e porque a História e a atualidade fazem de Portugal um país aberto aos outros e particularmente à vontade na comunicação e diálogo com virtualmente todas as regiões, culturas e civilizações do nosso planeta, constituindo esse um ativo que nos faz deter uma influência internacional superior àquela que decorreria de uma projeção linear da nossa «força» demográfica ou económica. Como bem se tem visto, aliás, especialmente nos anos mais recentes.

Também já escrevi que, para mim, multilateralismo quer dizer três coisas complementares. É um princípio de concertação internacional generalizada, para assegurar uma ordem tão regulada quanto possível e para enfrentar desafios que se pressupõe interpelarem todos. É um conjunto de regimes jurídicos internacionais, que substantivam aquela regulação e que os Estados aceitam, como limitação legítima dos respetivos poderes e quadro de referência para a afirmação e salvaguarda de direitos e para a solução de diferendos. E é um sistema institucional global, onde todos podem participar, sem discriminação, onde se pratica uma reciprocidade generalizada e difusa entre os Estados-membros e que providencia um certo nível de governação mundial, concretizando assim a ideia de uma comunidade internacional, ciente dos propósitos comuns a prosseguir, dos bens comuns a preservar e dos problemas comuns a enfrentar.

Esta lógica de cooperação em estruturas coletivas para garantir uma ordem internacional baseada em regras parece ser, pois, o essencial da prática multilateralista. E Portugal revê-se e participa nela plenamente, sem cálculos utilitaristas nem reservas ou limitações. Não admira que estejamos sempre entre os primeiros a serem convidados para ações destinadas

à sua promoção, como, por exemplo, a Aliança para o Multilateralismo, avançada pela Alemanha e a França em 2019.

Esta visão multilateralista e o seu corolário programático não dispensam, contudo, o conhecimento e o escrutínio analítico. Precisamos de saber mais sobre o universo das organizações internacionais e a participação portuguesa nelas. Decidir não é, evidentemente, uma consequência de conhecer. Mas, sem o conhecimento, a decisão fica mais pobre; com o conhecimento, a decisão é mais informada. Sem a produção e difusão de saber, a consciência social é escassa; com a divulgação dos factos e análises, a opinião pública fica mais esclarecida.

Por isso, saúdo vivamente a iniciativa da elaboração deste dicionário crítico e cumprimento os seus coordenadores, Nuno Severiano Teixeira e Alice Cunha, a quem ficamos a dever mais uma contribuição para a qualidade do estudo e do debate em relações internacionais. O dicionário tratará exaustivamente das organizações em que Portugal está presente e, no seu conjunto, significam o multilateralismo em ação. Saúdo a variedade e qualidade dos colaboradores e dos centros científicos e técnicos convocados para a empreitada. E regozijo-me com mais uma prova da boa colaboração entre o Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a comunidade académica portuguesa. A presente parceria foi, aliás, acertada no ano de 2020, em que Portugal comemorou os 75 anos das Nações Unidas e o 65.º aniversário da sua adesão.

Saber o que somos é um passo indispensável para compreender o que podemos ser. Saber onde estamos e o que fazemos é um passo indispensável para definirmos a nossa ação.

Augusto Santos Silva
Ministro dos Negócios Estrangeiros